



# Educação para o trabalho e ditadura militar: Prescrições da Lei n.º 5.692/1971 e suas interpretações para o ensino de ciências a partir de uma revista (Paraná, 1973)

## Education for work and military dictatorship: Provisions of Law no. 5.692/1971 and its interpretations for science teaching based on a magazine (Paraná, 1973)

Jorge Luiz Zaluski<sup>1,\*</sup>

1. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Departamento de História – Guarapuava (PR), Brasil.

\*Autor correspondente: [jorgezaluski@hotmail.com](mailto:jorgezaluski@hotmail.com).

Editor de Seção: David Antonio da Costa

Recebido: 07 Jun. 2022 | Aprovado: 20 Dez. 2022

Como citar: ZALUSKI, J. L. Educação para o trabalho e ditadura militar: Prescrições da Lei n.º 5.692/1971 e suas interpretações para o ensino de ciências a partir de uma revista (Paraná, 1973). *Ensino & Multidisciplinaridade*, São Luís (MA), v. 8, n. 2, e1222, 2022. <https://doi.org/10.18764/2447-5777v8n2.2022.12>

### RESUMO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Lei n.º 5.692/1971), ao instituir o ensino profissional como compulsório para a formação de segundo grau, e a obrigatoriedade em qualificar para o trabalho, desde o Ensino Fundamental, contribuiu para que fosse reestruturado todo o sistema educacional brasileiro. No conjunto de ações, no estado do Paraná, a publicação da revista *Currículo*, a partir de 1973, expressa forte atenção em atender as prescrições da legislação. Tomando a edição de número 3, de 1973, como documentação histórica, busca-se investigar sobre parte das prescrições curriculares para o estado do Paraná, a partir da óptica da revista. Com ênfase nas recomendações para atender o conjunto de disciplinas voltadas à área de ciências — Matemática; Ciências Físicas; Ciências Biológicas e Programas de Saúde — apresentadas pelo documento, pretende-se analisar as prescrições endereçadas a essas disciplinas. Acredita-se que, a partir desta análise, seja possível identificar parte da trajetória dessas disciplinas na história da educação, compreender os objetivos e interesses dos enunciados a partir da educação para o trabalho e das particularidades do conjunto curricular.

**Palavras-chave:** Adolescentes. Currículo. Formação. Qualificação.

### ABSTRACT

The Law of Guidelines and Bases of Education No. 5,692, of August 11, 1971 (Law No. 5,692/1971), by establishing professional education as compulsory for secondary education, and the obligation to qualify for work, starting from elementary school, contributed to its restructuring the entire Brazilian educational system. In the set of actions, in the state of Paraná, the publication of the magazine *Currículo*, from 1973 onwards, expresses strong attention to complying with the prescriptions of the legislation. Taking edition number 3, from 1973, as historical documentation, we seek to investigate part of the curricular prescriptions for the state of Paraná, from the perspective of the magazine. With an emphasis on recommendations to meet the set of subjects related to the area of science—Mathematics; Physical Sciences; Biological Sciences and Health Programs—presented by the document, it is intended to analyze the prescriptions addressed to these disciplines. It is believed that, based on this analysis, it is possible to identify part of the trajectory of these disciplines in the history of education, to understand the objectives and interests of the statements based on education for work and the particularities of the curricular set.

**Keywords:** Teenagers. Curriculum. Training. Qualification.

## INTRODUÇÃO

Após o golpe de Estado em 1964<sup>1</sup>, distintos discursos sustentavam concepções de desenvolvimento para a sociedade brasileira. Na educação, como indica Benjamim Cowan (2016), os militares agiram de forma ativa para controlar todo o sistema educacional, principalmente na tentativa de impedir a discussão de conteúdos considerados inapropriados. Nesse ensejo, o apoio de civis e militares a muitas das decisões tomadas pelo governo autoritário utilizaram o passado, ora vangloriado, ora recusado, como forma de legitimar as ações do presente e forjar um projeto de futuro como promissor. Entretanto assumir uma postura desenvolvimentista<sup>2</sup> provocaria mudanças por todo o País. Diante desse impasse, como poderiam ser mantidas as expectativas construídas em torno do progresso e que, ao mesmo tempo, garantissem a alusão ao passado?

Para o historiador Motta (2014), o projeto desenvolvimentista implementado durante a ditadura militar se expressou como uma grande contradição ao buscar conciliar modernização e conservadorismo. A categoria apresentada por Motta, mesmo ao conceituar projetos antagônicos com o de nação com modernização conservadora, auxilia a compreender como, durante o referido período, houve aproximações, distanciamentos e reconfigurações da e sobre modernização e conservadorismo. Essas características estiveram presentes nos projetos educacionais, como o que se aplicou no ensino escolar do Paraná.

Tendo em vista um processo de modernização pautado em investimentos econômicos e tecnológicos semelhante ao das grandes potências mundiais, a proposta resultou na reconfiguração das relações socioculturais que foram modificadas em seus mais variados aspectos. Mesmo diante do autoritarismo, a existência de indefinições ideológicas fez com que o Estado ficasse “dividido entre assumir-se como ditadura ou se conciliar com os princípios liberais, ao passo que oscilava entre o nacionalismo desenvolvimentista e os princípios do livre mercado” (MOTTA, 2014, p. 50).

Ao longo do século XX, o ideário da modernização esteve presente em diferentes discussões e projetos vinculados ou não ao Estado. A nacionalização do ensino desenvolvida durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930–1945) contribuiu para que grande parte da população, que não tinha acesso ao ensino escolar, pudesse frequentar os bancos escolares.

No estado do Paraná, desde 1964, Ney Aminthas de Barros Braga (Ney Braga), governador da época, junto ao Conselho Estadual de Educação, por meio da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964, serviu como uma das medidas para reformular o ensino ofertado pelas escolas estaduais, e, ao mesmo tempo, serviu como parte de sua política de modernização. Uma força-tarefa para impulsionar o acesso à educação escolar com o objetivo de garantir o desenvolvimento econômico e social do estado. Ainda, por meio dessa legislação, passou a ser obrigatório a formação em nível técnico para o ensino secundário. Diferente de outros estados da Federação em que os(as) estudantes poderiam optar por uma formação técnica ou mais geral, as ações tomadas pelos representantes do governo paranaense foram percursoras ao restringir a educação escolar de adolescentes especificamente para a formação para o trabalho (ZALUSKI, 2021).

A historiadora da educação Cláudia Martins (2002), ao analisar as propostas educacionais desenvolvidas no Paraná entre os anos 1960–1970, identificou que existiu no estado um projeto desenvolvimentista que buscou conciliar a formação profissional com as novas ofertas de trabalho que vinham se abrindo. Assim, desde o início da década de 1960, por todo Paraná, a educação escolar desenvolvida pelo estado visava garantir um ensino de formação técnica. Para Martins (2002), essa proposta, que estava em consonância com as teorias do capital humano, teve a concepção desenvolvida principalmente por economistas norte-americanos, que tinham como propósito atender ao mercado de trabalho por meio da ampliação da produção.

Quando instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Lei n.º 5.692/1971), o estado do Paraná já apresentava uma certa experiência com o ensino voltado à formação profissional. Entretanto, para atender essa legislação, foi construída uma Equipe de Currículo, com a intenção em desenvolver uma proposta curricular que fosse aderida por todo o estado. Após dois

---

1. 1 de março de 1964, marco do início da ditadura militar, onde militares tomaram o poder e assumiram as decisões e cargos públicos. Sobre o período, ver Motta (2014).

2. Compreende-se por projeto desenvolvimentista as ações tomadas para ampliar o setor industrial. Cabe destacar que isso resultou em um amplo reflexo desde a modernização do país, principalmente na produção e consumo de itens industrializados, como no aumento das desigualdades social, devido a dificuldade dos mais pobres acompanharem o referido projeto (MOTTA, 2014; MELLO; NOVAIS, 1998).

anos de discussões, a proposta educacional foi apresentada em formato de revista, quando, por meio da criação da revista Currículo, em 1973, além das prescrições curriculares para atender a Lei n.º 5.692/1971, o impresso apresentou ao longo de seus 9 anos de existência, 40 edições voltadas às recomendações ao ensino escolar paranaense. A revista Currículo foi o principal veículo de comunicação entre a Equipe de Currículo paranaense e professores do estado, foi publicada diretamente pela imprensa do estado. Criada com a intenção de publicizar as decisões tomadas para atender a Lei n.º 5.692/1971, investigar sobre as prescrições contidas na revista auxilia para compreendermos a interpretação da Equipe de Currículo sobre a referida legislação, assim como identificar quais conteúdos foram prescritos como primordiais para atender a formação para o trabalho recomendadas pela lei (ZALUSKI, 2021).

Diante da compreensão de que esse impresso, como documentação histórica, apresenta importantes contribuições para a história da educação, em especial para discussões que permeiam o ensino da grande área das ciências naturais e matemática, foi selecionado a edição de volume 1, n.º 3, do ano de 1973, referente a publicação do currículo e prescrições normativas e metodológicas a serem desenvolvidas no estado paranaense, com a intenção de perceber quais as reverberações da Lei n.º 5.692/1971, da interpretação da legislação feita pela Equipe de Currículo e das prescrições voltadas às disciplinas de Matemática; Ciências Físicas; Ciências Biológicas e Programas de Saúde. Desse modo, este estudo parte de uma análise maior; assim, neste texto, tem-se como objetivo investigar sobre as prescrições curriculares voltadas às referidas disciplinas e publicizadas na edição n.º 3 da revista Currículo. Justifica-se essa seleção pelo fato de esse exemplar ser a primeira orientação dada aos professores(as) do estado para atender a legislação, assim como, junto a intenção em promover uma formação para o trabalho, as normativas contidas na edição n.º 3 exemplifica a interpretação da Equipe de Currículo sobre a Lei n.º 5.692/1971, os conteúdos e encaminhamentos metodológicos. Acredita-se que esta análise apresentará importantes contribuições às pesquisas que versam sobre a história da educação, principalmente para compreender sobre parte das discussões que atravessam especificamente as disciplinas mencionadas.

A revista Currículo encontra-se no formato impresso, está disponibilizada no acervo do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP). O exemplar analisado possui 319 páginas. Após fotografado, foi analisado e uma tabela foi construída a partir do conjunto de disciplinas e as prescrições para cada uma, como exposto ao longo do texto. Feita essa observação, ao longo deste texto, pretende-se investigar sobre a grande área de ciências, do qual era constituída pelas disciplinas de Matemática; Ciências Físicas; Ciências Biológicas e Programas de Saúde.

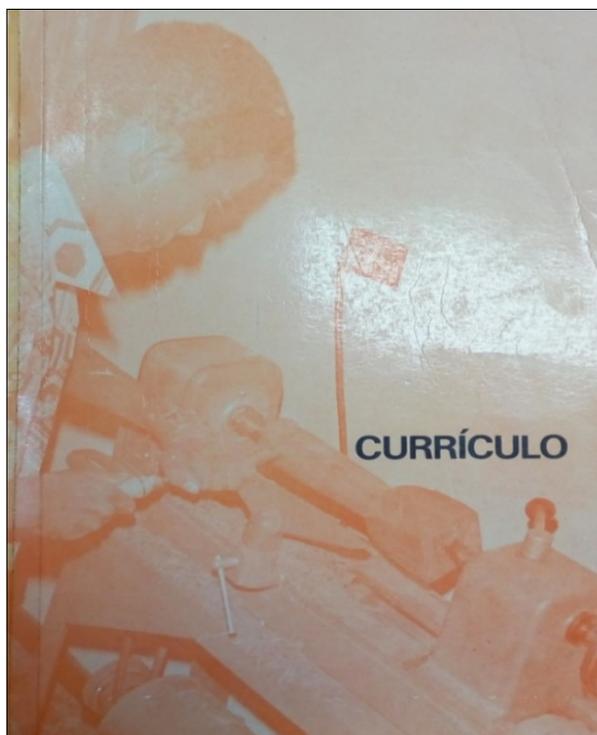
## O ESTADO DO PARANÁ E SEU MODELO CURRICULAR

No estado do Paraná, a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, por meio do Centro de Pesquisas Educacionais — Equipe de Currículo —, elaborou a proposta curricular que continuou sendo implementada por mais de uma década. A referida equipe de currículo era formada pelos(as) seguintes profissionais:

Heloísa Luck, graduada em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1963); Iaroslava Wons, licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná PR; Jovita Vitória Lazarotto Nascimento, (sem informações); Lillian Anna Wachowicz, graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná UFPR (1961); Maria Aparecida Feiges (sem informações); Maria Ignez Guimarães, graduada em Letras/Português; Maria Irmina Carneiro Vieira, graduada em Ciências Biológicas; Maria Josefina Franco de Souza, licenciada em Matemática; Mary Terezinha Paz Brito, graduada em Pedagogia; Vera Lúcia dos Santos (sem informações); Waldemar Ens, graduado em Ciências Biológicas; Yolanda Brand (licenciada em Matemática) e, do Grupo de Estudos do Departamento de Educação Física e Desportos. (PARANÁ, 1973, p. 3)

A elaboração da Diretriz Curricular (Fig. 1) resultou da discussão de profissionais em suas respectivas áreas de atuação. No estado do Paraná, mesmo diante da proposta da Lei n.º 5.692/1971, que visava a atender às demandas regionais e locais, o debate do currículo esteve centralizado na capital do estado, Curitiba. A elaboração do documento não contou com a participação de estudantes e seus(as) responsáveis, dos(as)

diretores das escolas, de professores(as) ou outros segmentos que teriam interesse na educação escolar. Posteriormente à finalização, a Diretriz Curricular contou com a aprovação de Candido Manuel Martins de Oliveira, Secretário da Educação e Cultura (1973–1975), e do governador Emílio Hoffmann Gomes (1973–1975), da Aliança Renovadora Nacional (Arena) (ZALUSKI, 2021).



Fonte: Arquivo do autor (2023). Acervo Centro de Memória Colégio Estadual do Paraná.

**Figura 1:** Capa da “Diretriz Curricular”

Diante da necessidade de apresentar aos(as) professores(as) paranaenses a discussão sobre os debates curriculares e a proposta de ensino para atender à Lei nº 5.692/1971, a Equipe de Currículo desenvolveu a revista *Currículo*. A revista foi publicada dos anos de 1973 a 1982, sendo sua periodicidade anunciada como mensal. Todavia a equipe da revista não conseguiu manter o fluxo de publicações e teve sua última edição em 1982 (ZALUSKI, 2021).

A revista, como documento oficial do estado e da Secretaria da Educação e Cultura, ao longo de suas publicações, buscou informar os(as) professores sobre os encaminhamentos a serem seguidos no ensino escolar. Em levantamento das publicações, foi selecionada a edição do volume 1, nº 3, publicada no ano de 1973. Justifica-se essa escolha pelo fato de o exemplar apresentar “as primeiras sugestões de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau” (PARANÁ, 1973, p. 6), com uma definição dos conteúdos, metodologias e demais recomendações para o ensino.

Essa proposta corresponde ao que Tomaz Silva (2010) compreende como currículo tradicional, pensado como uma forma de estruturar o ensino para melhorar a eficiência da reprodução dos conteúdos considerados importantes. A partir das observações do autor, compreende-se por currículo tradicional aquele estruturado, do qual possui uma formalidade e, ao menos na letra da lei, deve ser cumprido, pois visa direcionar a discussões de conteúdos considerados primordiais.<sup>3</sup> Assim, por ser estruturado com conteúdo bases, dever-se-ia selecionar o que integraria a proposta e, ao mesmo tempo, descartar o que estivesse distante do modelo de ensino pretendido. Conforme o autor, “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que

3. Pode-se ainda identificar o currículo real, aquele que realmente é colocado em prática no cotidiano escolar e que sempre atende a tudo o que está prescrito no currículo formal, e o currículo oculto, esse que permeia o cotidiano escolar sendo ou não prescrito de maneira formal (SILVA, T., 2010).

vai constituir, precisamente, o currículo” (SILVA, T., 2010, p. 15). Isso explica como a elaboração da proposta curricular foi desenvolvida a partir de disputas então presentes na sociedade local e nacional. Ou seja, alguns conteúdos tiveram maior prioridade em detrimento dos outros, como também em relação a carga horária de cada grupo e disciplinas que o integraram, como veremos a seguir.

Como forma de direcionar o projeto de ensino, a equipe da revista Currículo sistematizou as disciplinas que deveriam integrar o currículo de primeiro grau a ser desenvolvido no estado do Paraná. Diante da obrigatoriedade do ensino até os 14 anos de idade, que, com base na legislação, aqueles em idade escolar correta serviria como marca da finalização do Ensino Fundamental, ao menos na letra da lei os(as) estudantes que concluíam essa fase de estudos poderiam optar por dar continuidade aos estudos por meio da formação técnica ou ingressar no mercado de trabalho sem o aperfeiçoamento profissional do Ensino Médio.

Logo no título de apresentação da Diretriz Curricular, o enunciado do documento afirma o seguinte:

[...]apresenta as primeiras sugestões de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau, numa tentativa de definir as matérias com as quais trabalha a escola de 1º grau, colocar seus princípios e caracterizar a metodologia, atendendo à fundamentação teórica e legal, à estrutura e ao desenvolvimento do aluno. (PARANÁ, 1973, p. 9, grifo do autor)

Por meio desse enunciado, a Equipe de Currículo manifestou se sentir insegura frente aos objetivos educacionais em relação à nova Diretriz Curricular. Mesmo que a proposta tenha sido organizada com base no cumprimento da Lei n.º 5.692/1971 e dos pareceres de ensino<sup>4</sup>, os redatores do documento informaram que “todas as sugestões permanecem ao nível de linhas gerais, cabendo à escola e ao professor a sua especificação, desde que sejam atendidas as grandes funções do currículo para o ensino de 1º grau” (PARANÁ, 1973, p. 11). Ou seja, a dificuldade em estabelecer um currículo que atendesse a todo o estado, fez com que a equipe de Currículo optasse por centralizar a proposta curricular com base na capital, Curitiba.

Ao longo das 319 páginas da publicação do volume 1, nº 3 da revista, estão o resultado de um longo debate e a interpretação da equipe da revista Currículo sobre a Lei n.º 5.692/1971 e dos pareceres destinados à complementação da legislação. Com esse esforço em atender a um novo modelo educacional, de forma simbólica, a revista consolidava um projeto de futuro para a população infantojuvenil que se constituía no presente.

O modelo curricular apresentado no periódico foi composto por dois grandes grupos de disciplinas. Sem estabelecer uma linearidade ou um roteiro, a apresentação da proposta curricular ora indica os encaminhamentos para cada disciplina, ora conteúdos e/ou os fundamentos de estudos de cada área. Para melhor compreender as recomendações da revista, a análise será desenvolvida com base nas áreas de estudo. A Tabela 1 informa sobre a distribuição de disciplinas conforme a área de estudo e série.

Como lembra Tomaz Silva (2011), o currículo é um espaço de disputa que não se limita aos debates científicos em torno das disciplinas que devem integrar ou não a matriz curricular. Para o autor, “as narrativas contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre o conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais” (SILVA, T., 2011, p. 186). A proposta apresentada pela Conselho Federal da Educação em nível federal e, seguida, pela equipe da revista Currículo do estado do Paraná, demonstra as expectativas de uma sociedade que poderiam ser forjadas por meio de uma proposta de ensino.

Com base na análise sobre currículo exposta, essa estrutura pode ser considerada rígida por tentar impedir a rompimento com o modelo curricular, levou as equipes pedagógicas das escolas do estado a unificarem seus currículos de ensino conforme os objetivos da Lei n.º 5.692/1971, principalmente para a formação técnica profissionais e reafirmadas pelos pareceres federais e os debates promovidos pela equipe de Currículo do estado do Paraná.

---

4. Após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 5.692, de 11 de agosto (Lei nº. 5.692/1971), foram publicados os seguintes pareceres: Parecer nº. 853/71, de 12 de novembro de 1971, que estabeleceu as normativas para o núcleo comum — para todo o território nacional — dos currículos de 1º e 2º grau; Parecer nº. 45/72, de 12 de janeiro de 1972, sobre a qualificação para no trabalho de 2º grau e o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional; Parecer nº. 339/72, de 3 de abril de 1972, que dispunha sobre a significação da parte de formação especial do currículo de ensino de 1º grau e Parecer nº 346/72, de 6 de abril de 1972, para atender à formação do magistério em 1º grau e habilitação específica de 2º grau. Esses pareceres, junto a Lei nº. 5.692/1971, serviram de base para a elaboração das prescrições escolares.

Tabela 1: Grade curricular.

Grade curricular				
	Área	Conteúdos específicos	1ª à 4ª série	5ª à 8ª série
GRUPO PARTE COMUM	Comunicação e expressão	Língua Portuguesa		
		Educação Artística	X	X
		Educação Física		
	Estudos Sociais	História		
		Geografia		
		OSPB	X	X
		Educação Moral e Cívica		
	Ciências	Ensino Religioso		
		Matemática		
		Ciências Físicas	X	X
Ciências Biológicas				
Programas de Saúde				
GRUPO PARTE DIVERSIFICADA	Iniciação para o trabalho	Iniciação para Técnicas Agrícolas		
		Iniciação para Técnicas Industriais	-	X
		Iniciação para Técnicas Comerciais e de Serviços		

Adaptado de Currículo (1973).

A grade curricular apresenta a distribuição das disciplinas para cada fase do ensino fundamental, da 1ª à 4ª série, apenas com disciplinas de núcleo comum, divididas em três grandes grupos: Comunicação e Expressão; Estudos Sociais e Ciências; já para o ensino da 5ª à 8ª série, tinha como diferencial apenas a parte diversificada, que integrava os grupos de iniciação para o trabalho, correspondente às disciplinas que deveriam integrar a sondagem de aptidão para fins de formação profissional.

Com a implementação da Lei n.º 5.692/1971 em nível nacional, a conclusão do ensino fundamental foi apresentada como uma forma de adquirir os conhecimentos necessários para assumir uma atividade profissional. Dada a obrigatoriedade de vagas nas instituições de ensino para a população infantojuvenil até os 14 anos de idade, muitos(as) dos(as) estudantes não deviam ter dado continuidade aos estudos, pois ingressavam no mercado de trabalho (ou, em muitos casos, antes mesmo da conclusão da 8ª série) em função das dificuldades de custear os estudos (mensalidades altas ou dificuldade em adquirir materiais didáticos). Ou seja, naquele momento, a formação de segundo grau exercia grande impacto no processo de reprodução social (e quiçá mobilidade social), favorecendo apenas quem pudessem pagar pelos estudos (ZALUSKI, 2021).

É evidente que na Diretriz Curricular a distribuição do ensino escolar deveria atender ao processo de aprendizagem e controle dos(as) estudantes com base na idade. Fator esse que reforça o investimento individual nos(as) estudantes para a sua própria utilidade. O documento afirmava que “as necessidades do desenvolvimento individual” estavam em consonância com as necessidades do desenvolvimento social (PARANÁ, 1973, p. 11). Além dos debates específicos dos conteúdos de cada disciplina (escolar), o documento reforçava o debate pedagógico sobre o desenvolvimento do ensino de acordo com a distribuição etária. Essa fundamentação estava aliada aos estudos da psicologia da educação, mas que, com base na proposta tecnicista<sup>5</sup>, essa estrutura deveria garantir ao/à estudante a possibilidade de interagir com a sociedade conforme as expectativas construídas para o seu futuro. Ou seja, adentrar no mercado de trabalho a partir de suas experiências no âmbito escolar.

<sup>5</sup> O ensino tecnicista foi influenciado pelos estudos do behaviorismo, linha da psicologia desenvolvida pelo psicólogo Burrhus Frederic Skinner. Skinner compreendia a aprendizagem como um processo que deveria ser desenvolvido por meio do desempenho, e que a “modelagem” dos/as estudantes deveria ser feita por meio do reforço repetitivo. Conforme Libâneo (1990, p. 31), para que o ensino funcionasse, deveriam serem criadas condições para proporcionar a aprendizagem, pois, segundo essa concepção, “o ensino é um processo de condicionamento através do uso de reforço das respostas que se quer obter”. A Escola Tecnicista, alicerçada sobre a teoria do capital humano, desenvolvida pelo economista Theodore William Schultz, tinha como objetivo desenvolver na escola a mesma lógica da empresa, como forma de tornar o ensino mais eficaz e produtivo (ARANHA, 1996).

Apoiado no discurso da Psicologia da Educação<sup>6</sup>, a edição da revista Currículo trouxe de forma detalhada a metodologia e os objetivos de cada disciplina. De acordo com o enunciado da Diretriz Curricular, a proteção da considerada infância constitui um dos discursos que sustentaram parte das propostas de ações pedagógicas. No âmbito educacional, a organização do ensino da 1ª à 4ª série apresentou um plano de ensino conforme as etapas de desenvolvimento cognitivo, como também buscou garantir o afastamento dos(as) estudantes do que fosse considerado como pertencente ao mundo dos adolescentes e dos adultos. Já o ensino fundamental da 5ª à 8ª série, segundo o proposto na Diretriz Curricular, era o momento de preparação para a vida adulta através da socialização para o trabalho. Essa projeção foi intensificada com a finalidade de legitimar o trabalho exercido pelos adolescentes que assumiriam atividades profissionais consideradas modernas.

Diante das especificidades de cada grupo de disciplinas, pretendo, a seguir, analisar as particularidades do grupo apresentado como pertencentes à área de ciências.

## AS CIÊNCIAS: LEGITIMAÇÃO DE UM CAMPO E FORMAÇÕES DE CORPOS APTOS AO TRABALHO

As disciplinas que compunham a área de ciências eram: Matemática; Ciências Físicas, Biológicas e Programas de Saúde. Conforme o documento, pretendia-se manter a integração entre as disciplinas, “e de forma mais nítida, com os Programas de Saúde e a Sondagem de Aptidão e a Iniciação para o Trabalho” (PARANÁ, 1973, p. 51). Logo, segundo o documento, a consolidação dos saberes da área de ciências seria decisiva na formação intelectual e na preparação de um corpo ativo para o trabalho. Conforme a Diretriz Curricular, os objetivos do ensino da área de ciências eram:

- 1. Interpretar e analisar o mundo que o cerca, pela aquisição de conhecimentos e formação de conceitos sobre os fenômenos da natureza, suas inter-relações, as aplicações da Ciência na vida diária e os efeitos que a Ciência e a Tecnologia têm sobre a nossa cultura;**
- 2. eliminar da sua mente as crendices e superstições, procurando formar um compromisso científico, através do emprego de métodos e técnicas de investigação e pesquisa;**
- 3. incorporar atitudes e hábitos que contribuam para a formação do cidadão feliz e útil à comunidade, capaz de influenciá-lo de forma inteligente;**
- 4. fortalecer, através da experimentação, o espírito crítico e a auto-crítica, a capacidade de observação, a perseverança e a valorização do trabalho;**
- 5. reconhecer as possibilidades do aproveitamento das riquezas naturais do País e valorizar vultos que contribuíram para o progresso da Ciência e o desenvolvimento tecnológico atual do Brasil.** (PARANÁ, 1973, p. 53, grifos do autor)

Somam-se a esses objetivos os Programas de Saúde, disciplina construída sob a pretensão em desenvolver a compreensão sobre a prevenção de doenças e sobre as relações entre alimentação, saúde e higiene. Com base nesses objetivos, a caracterização científica dada a esse grupo não visava apenas à

---

<sup>6</sup> Destaca-se Jean Piaget como um dos percursores. Para o autor, a aprendizagem é um processo contínuo, sendo mais bem desenvolvida se pensada conforme o processo de desenvolvimento da pessoa em seus aspectos físicos, cognitivos, motores, etc. Ao organizar as etapas do desenvolvimento da aprendizagem, Piaget afirma existirem os seguintes períodos: “sensório-motor (de 0 a 2 anos); pré-operatório (de 2 a 7 anos); das operações concretas (de 7 a 11/12 anos) e das operações formais (de 12 anos em diante)” (PIAGET, 1978, p. 82-83). Na década de 1970, essas discussões já acompanhavam o desenvolvimento das legislações educacionais, bem como as propostas curriculares. do capital humano, desenvolvida pelo economista Theodore William Schultz, tinha como objetivo desenvolver na escola a mesma lógica da empresa, como forma de tornar o ensino mais eficaz e produtivo (ARANHA, 1996).

formação intelectual dos(as) discentes. Com a vinculação dos saberes pedagógicos e médicos, essa proposta se propunha garantir a construção de novos hábitos voltados à vida em uma sociedade modernizada na qual se pretendia romper com explicações sustentadas por crenças populares e propor a assimilação de saberes da medicina. Assim, a valorização científica e a busca pelo reconhecimento desta última como algo prático para o cotidiano tinha como objetivo fundamentar o conhecimento da área, tendo em vista a expectativa para atender à modernização das relações de trabalho.

Destaco, também, que os objetivos das disciplinas iam muito além da mera aprendizagem dos conhecimentos oriundos da área das ciências biológicas. Chama a atenção, nas prescrições para o ensino de ciências, a presença de temas que não aparecem de forma tão explícita nas recomendações de outras disciplinas. Primeiro, a menção da noção de felicidade, associada ao êxito da pessoa no mundo do trabalho. A outra questão diz respeito à capacidade do/a adolescente de fazer críticas e reflexões sobre a sociedade em que que vivia. Sabemos que esta capacidade sociocultural é uma prerrogativa do saber científico, especialmente quando associado à disciplina Ciências. Entende-se, então, que a crítica e a reflexão poderiam ocorrer dentro de determinado campo discursivo (e de práticas) que não os(as) tornassem subversivos(as). Talvez por isso prescrição estivesse associado a essa disciplina da área da Saúde e não às disciplinas das Ciências Humanas.

A distribuição dos conteúdos pretendeu atender às fases de desenvolvimento dos(as) discentes. Essa organização foi embasada a partir da Teoria do Desenvolvimento Cognitivo, de Jean Piaget. Conforme os estudos desse autor, o desenvolvimento seria atingido por meio da assimilação, acomodação e equilíbrio, responsáveis por contribuir com o desenvolvimento cognitivo. Considerando que a partir da Lei n.º 5.692/1971 foram extintos os exames admissionais, utilizados para o ingresso no ensino secundário, ao ter levado em consideração a distribuição com base na faixa etária, a Diretriz Curricular apresentou um esquema atrelado às expectativas construídas para o futuro dos(as) estudantes como uma forma de desenvolver conhecimento, aperfeiçoamento e eficiência diante da observação do método científico.

Dentre as disciplinas da área ciências, foi nas recomendações para Matemática que prevaleceu o posicionamento do ensino pautado no cientificismo. Conforme enunciado do documento, o estudo da Matemática teria por função desenvolver o espírito de investigação, invenção e iniciativa, o pensamento lógico e a noção de universalidade das leis matemáticas, apresentada como uma formação de base para as outras ciências. Com base no documento, a matemática serviria como uma disciplina base para constituição de saberes em outras disciplinas, bem como seu aproveitamento para a construção de um saber atrelado à formação profissional. Com base na revista, a Diretriz Curricular indicava possuir a matemática “valor formativo, disciplina a inteligência, porque sua estrutura mental corresponde a um tipo fundamental de raciocínio. Este tipo de raciocínio é de aplicação freqüente nas ciências, na técnica, na vida profissional e ainda na vida diária” (PARANÁ, 1973, p. 55). Assim, com base no documento, o raciocínio só seria desenvolvido por meio do conhecimento matemático. A passagem pela escola, da infância até a adolescência, constituía a forma primeira de desenvolver o uso prático e posterior utilizado para atividades laborais. Ainda conforme a Diretriz Curricular:

Assim, o físico, o astrônomo, o biólogo e demais **homens de ciência** tratam de dar as suas disciplinas uma estrutura que esteja o mais próximo possível da matemática, analogamente, o filósofo, o advogado, o sociólogo, o psicólogo, **fazem esforços para que suas argumentações tenham** uma segurança do tipo matemático, quer dizer, **uma força de convicção incontestável**. Salta a vista a uma ciência de exercitar-se o raciocínio matemático, **pois assim se faz para a mente para todo outro raciocínio**. (PARANÁ, 1973, p. 55-56, grifos nossos)

Com base no documento, o raciocínio matemático é reconhecido como a forma primeira de desenvolver a ciência, incomparável em relação ao das demais áreas. Tal comparação instigou uma posição hierárquica das profissões que utilizam diretamente a matemática em relação às outras, que não a utilizam. A Diretriz Curricular também reforçou a universalização/naturalização do homem e do campo científico como estreitamente correspondentes ao sexo masculino. Com o rol de conteúdos recorrentes do campo da matemática, o ensino dessa disciplina deveria proporcionar “informações, conhecimentos, capacidade, hábitos, atitudes e habilidades” (PARANÁ, 1973, p. 57).

Matucheski (2011), ao investigar a proposta curricular para o ensino de matemática, afirma que muitos(as) docentes dessa disciplina ficaram responsáveis por ministrar outras disciplinas da área de ciências, isso foi utilizado como forma de otimizar o investimento no corpo docente. Nesse estudo, a autora verificou pouca variação de conteúdo em relação aos apresentados durante a década de 1960, mas que a proposta, para atender à Lei n.º 5.692/1971, foi incisiva relativamente à formação do raciocínio e do pensamento crítico de parte dos(as) estudantes. Durante esse período, existiu um movimento em prol da Matemática Moderna, que tinha como objetivo estabelecer um ensino de matemática para atender os novos debates educacionais, desde a seleção de conteúdos e da organização de disciplinas por meio do currículo. Para a autora, o conteúdo de geometria, por exemplo, era um dos possíveis de serem retirados, mas que foi mantido na proposta de ensino paranaense. Entendo que a manutenção desse conteúdo possui estreitas relações com a sua funcionalidade em atividades laborais nas mais diversas áreas de trabalho (obras, corte, costura, produção de peças de aço, madeira, etc.).

Ainda com relação ao Movimento da Matemática Moderna, a geometria, por exemplo, não integrou as discussões do movimento, principalmente por ser percebida, naquele momento, como um fracasso. Entretanto, outras funções e princípios matemáticos foram sendo incorporados ou aprimorados gradativamente, tais como a utilização de blocos lógicos, prevista na revista como uma forma de auxiliar os(as) estudantes na compreensão e domínio de espaço e tamanho. Pontos básicos que poderiam ser utilizados nas atividades profissionais, principalmente no âmbito da indústria e construção civil (FRANCA; SANTOS, 2022).

Para Franca e Santos (2022), a utilização de blocos lógicos no ensino de matemática foi gradativamente sendo incorporadas e aperfeiçoadas. No Brasil, principalmente, a partir da década de 1930, o Método Montessori, como ficou conhecido, passou a ser utilizado como forma de desenvolver a aprendizagem matemática. Para as autoras, por meio de blocos lógicos é possível com que os estudantes possam identificar elementos da constituição de saberes para ensinar classificação, seriação e ordenação. Ou seja, essa compreensão permeava a Diretriz Curricular, pois, construir esses saberes atrelados ao ensino de matemática seria uma forma de garantir o aperfeiçoamento profissional nas áreas que exigissem o domínio daquele conhecimento.

A Equipe de Currículo, com base nos *princípios e metodologia* do ensino de matemática, não apresentou especificações metodológicas para as disciplinas de *Ciências Físicas e Biológicas*. Com base no documento, essas duas disciplinas deveriam ensinar conteúdos que hoje são comuns em Física, Química e Biologia. De forma unificada, a Diretriz Curricular indicou, por meio de tópicos em formato de tabela, os conteúdos e objetivos para as Ciências Físicas e Biológicas. Pelo interesse em conciliar esses estudos para atender aos Programas de Saúde e à Preparação para o Trabalho, o documento sinaliza, na mesma tabela, quando os conteúdos das Ciências Físicas e Biológicas deveriam integralizar as demais disciplinas.

O Programa de Saúde foi dividido em quatro grandes grupos e objetivos. As informações, correspondentes a essa disciplina, foram organizadas e apresentadas na Tabela 2.

Para cada unidade, também foram apresentados os conteúdos e os objetivos<sup>7</sup>. Ao comparar as temáticas relativas ao Meio Ambiente, Zoologia, Botânica, Corpo Humano, Química e Física, com os objetivos elencados

---

7. Os conteúdos foram os seguintes: Meio Ambiente: 1) importância do ar e provas de existência do Ar-oceano [sic] de ar; 3) Estudo do átomo (o documento apresenta um erro na numeração e não informa a numeração como conteúdo 2); 4) ar comprimido e ar rarefeito; 5) pressão atmosférica – experiência de Torricelli; 6) ventos; 7) composição do ar; 8) explorações espaciais; 9) importância da água; 10) estados físicos da água – mudanças de estados físicos; 11) ciclo da água; 12) purificação e tratamento da água; 13) densidade da água; 14) princípio de Arquimedes; 15) princípios dos vasos comunicantes; 16) camadas da Terra; 17) rochas, minerais, minérios, pedras preciosas; 18) rochas ígneas; 19) rochas sedimentares; 21) solo, erosão, reflorestamento; 22) petróleo e outras riquezas minerais do Brasil. Para o grupo Zoologia e Botânica: 1) Zoologia – conceito, importância dos animais, regras, nomenclaturas, classificação dos animais; 2) vertebrados – características gerais; 3) mamíferos; 4) aves, 5) répteis; 6) anfíbios; 7) peixes; 8) equinodermas; 9) moluscos; 10) artrópodos [sic] – insetos, aracnídeos, crustáceos e miriápodos [sic]; 11) vermes; 12) celenterados e poríferos; 13) protozoários; 14) Botânica – conceito e importância dos vegetais e classificação; 15) vegetais superiores; 16) raiz; 17) caule; 18) folha; 19) flor. Para o grupo corpo humano: 1) estudo da célula; 2) estudo dos tecidos; 3) os alimentos; 4) aparelho digestivo e digestão; 6) aparelho respiratório e respiração; 6) coração – sangue circulação; 7) excreções; 8) aparelho locomotor; 9) sistema nervoso; 10) os sentidos e você; 11) as glândulas; 12) aparelho reprodutor. Para o grupo Química e Física: 1) matéria substância do corpo; 2) matéria homogênea e heterogênea e seu fracionamento; 3) fenômenos físicos e químicos; 4) funções químicas; 5) física – movimentos. força, gravidade, equilíbrio; 6) massa, peso, balança – máquinas, 7) som, 8) calor (CURRÍCULO, 1973, p. 123-141).

**Tabela 2:** Programas de Saúde.

PROGRAMAS DE SAÚDE		
Assunto	Unidades	Objetivos
Meio Ambiente	1) Ar 2) Água 3) Solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>interpretar os fenômenos naturais do meio ambiente através da manipulação e experimentação;</li> <li>evidenciar o espírito crítico, a capacidade de observação e perseverança no trabalho;</li> <li>explicar prováveis aplicações dos conhecimentos de ciências no aproveitamento das riquezas naturais do Brasil;</li> <li>integrar-se de forma salutar e útil ao meio onde vive, pela compreensão da influência dos elementos inanimados e do meio ambiente.</li> </ul>
Zoologia e Botânica	1) Zoologia 2) Botânica	<ul style="list-style-type: none"> <li>avaliar a importância dos animais e plantas para o homem: na indústria, na alimentação, no trabalho, nas pesquisas científicas, na agricultura, na economia do País, na decoração;</li> <li>defender-se de animais e plantas nocivas: animais venenosos, parasitas, vetores de doenças;</li> <li>evidenciar respeito às plantas e aos animais existentes na natureza, dispensando-lhes os cuidados de que necessitam;</li> <li>instrumentalizar-se para analisar o comportamento dos animais;</li> <li>integrar-se de forma salutar e útil ao meio onde vive, pela compreensão da influência dos animais e da vegetação.</li> </ul>
Corpo humano	1) Célula e tecido 2) Alimentos 3) Aparelhos e sistemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>interpretar, valorizar e respeitar o próprio organismo e suas funções, como fonte capaz de lhe proporcionar as condições necessárias a uma vida útil e feliz;</li> <li>interpretar o valor dos alimentos e da higiene para uma perfeita saúde física e mental.</li> </ul>
Química e Física	1) Química 2) Física	<ul style="list-style-type: none"> <li>interpretar os fenômenos da natureza sob os aspectos químicos e físicos, através da observação, manipulação e experimentação;</li> <li>evidenciar o espírito crítico, a capacidade de observação e análise e a perseverança no trabalho.</li> </ul>

Fonte: Adapado de Currículo (1973).

para cada tema, notam-se indicações para que fossem desenvolvidas experiências científicas, uma primeira maneira de os(as) discentes experienciarem o contato com métodos científicos. Entretanto esse saber deveria servir como forma de atender à formação para o trabalho em vista da modernização desejada. No modelo curricular, os objetivos reafirmam valores e práticas a serem despertados por meio dos programas de saúde, ou conhecimentos que contribuíssem para a ampliação e a manutenção do sistema capitalista por meio da exploração dos recursos naturais, da eficiência no trabalho e de uma educação pautada na higiene e saúde alimentar. A preocupação com a poluição e com a proliferação de doenças foi reduzida ao não desperdício de recursos naturais para não prejudicar o desenvolvimento econômico do País.

Conforme o documento, esses objetivos deveriam ser intensificados por meio dos seguintes conteúdos:

- 1. Noções de saúde e doença.**
2. Poluição e saneamento (ar, água e solo).
3. Noções sobre animais vetores de doença.
4. Ectoparasitas.
5. Noções sobre micro-organismos **causadores de doença.**
- 6. Meios de preservar a saúde**
  - 6.1. nutrição e higiene alimentar;**
  - 6.2. noções sobre profilaxia e recursos profiláticos;**

- 6.3. mecanismos de defesa;
- 6.4. vacina e soro;
- 6.5. vícios e tóxicos;
- 6.6. higiene corporal, do lar, urbana e rural.
- 7. Fases da vida.
- 8. Higiene do trabalho.
- 9. Saúde Pública.
- 10. Poluição sonora, visual, por substâncias químicas e radioativas.
- 11. Acidentes, prevenção e primeiros socorros. (PARANÁ, 1973, p. 123-141)<sup>8</sup>

Ao comparar os conteúdos, os objetivos e a pretensão em qualificar os(as) discentes para o trabalho, é possível afirmar que a proposta de ensino para os Programas de Saúde não se restringiu ao possível encaminhamento para, no futuro, os(as) estudantes buscarem aprofundar os estudos (ensino técnico e/ou graduação) ou assumirem uma atividade profissional na área. Esta também se propunha desenvolver noções básicas de uma medicina para o trabalho, tendo em vista a prevenção de acidentes e doenças causadas no trabalho, e de uma formação estético-corporal e da preparação do corpo dos(as) futuros(as) trabalhadores(as), principalmente para atender ao setor industrial e às tecnologias destinadas à agricultura.

Para o historiador Bruno Silva (2018), desde a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, existiram iniciativas voltadas à criação de políticas na área da saúde para os(as) trabalhadores(as). Na década de 1940, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com a “missão [de] prestar suporte às famílias dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB)”. Com o fim da guerra, a LBA passou a ter como objetivo a ação “especificamente direcionada para o amparo à maternidade e à infância” (SILVA, B., 2018, p. 1.020). Diante de uma visão assistencialista, paulatinamente foram desenvolvidas ações em conjunto com as instituições escolares, no intuito de desenvolver uma educação sanitária. Esse enfoque teve maior ênfase durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), quando o “caráter sanitário-desenvolvimentista das práticas assistenciais foi acentuado por meio de cursos de puericultura e pela construção de centenas de postos de puericultura pelo país” (SILVA, B., 2018, p. 1.022). Nesse momento, as práticas voltadas à saúde passaram por paulatina profissionalização e cientificação, como uma tentativa de afastar os saberes populares dos da medicina, principalmente em relação ao parto e à pretensão da prevenção à mortalidade infantil.

Os governantes do estado do Paraná acompanharam os debates sobre a implementação de programas federais de proteção à maternidade e à infância e constataram que “tais programas incluíam a criação do Departamento Estadual da Criança (DECr) e dos Postos de Puericultura em todos os municípios do Estado” (BARBOSA, 2012, p. 18).

Em Curitiba, a medicina preventiva ganhou destaque a partir de decreto federal que propôs que todas as capitais dos estados criassem “uma assistência efetiva à gestante, à criança, ao pré-escolar, ao escolar, ao controle das doenças transmissíveis e ao Serviço de Saneamento” (MICHAUD, 1998, p. 337). Com esse intuito, a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde criou o Curso de Visitadoras e Guardas Sanitários. Na capital paranaense, o curso formou 29 mulheres, depois encarregadas de fazer acompanhamento domiciliar e nas escolas, tendo em vista a orientação sobre controle de doenças, vacinação, orientação materno-infantil, auxiliar médicos nos exames escolares, dentre outros (MICHAUD, 1998). Ou seja, as ações desenvolvidas pela disciplina escolar, e, somadas à assistência prestada pelas Visitadoras e Guardas Sanitários, compunham um conjunto de ações atreladas à população e ao gerenciamento da vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças na educação escolar provocadas a partir da publicação da Lei n.º 5.692/1971 podem ser percebidas de distintas formas. Ao longo deste texto, buscou-se identificar como, a partir das normativas da legislação, foram desenvolvidas as prescrições curriculares para a grande área de ciências, como denominado pela revista Currículo.

---

8. O documento apresenta não informa o tópico 4, o que parece ter sido um erro de digitação.

Sendo a publicação da revista analisada, o principal expoente do modelo educacional a ser desenvolvido por todo o estado, ela contribuiu para estruturar, ao menos na letra da lei, todo o currículo escolar paranaense. Apresentaram-se as principais ideias e posições referentes as disciplinas sobre o propósito em desenvolver um ensino voltado à formação profissional e em consonância com os ditames do regime da ditadura militar no Brasil.

A partir da interpretação da então denominada Diretriz Curricular, por meio das disciplinas da área da Ciências, fortaleceu o vínculo entre o discurso médico e o pedagógico para atender a novas especificações daquele momento. Por ter a maior carga horária do grupo curricular de ciências, seria intensificada a formação da parte diversificada deste grupo, em que as disciplinas de Matemática, Ciências Físicas, Biológicas e Programas de Saúde teriam grande aproximação com a formação dos(as) futuros(as) trabalhadores(as), posto que essa área era compreendida como a de maior impacto na formação profissional.

No que corresponde à formação para o trabalho, ponto primordial da Lei n.º 5.692/1971, além da valorização da área de Ciências como área científica, diferente das prescrições das demais disciplinas, as determinações apresentadas no conjunto desse grupo, por meio de métodos e conteúdos, contribuíram para sustentar um ideal de corpo voltado ao trabalho. Preparar o corpo como saudável, apto ao ritmo da indústria, e, em conjunto com hábitos de higiene pessoal e alimentar, contribuiriam para a formação das subjetividades dos(as) estudantes, das quais, mesmo que trouxessem benefícios, esteve voltada à lógica da produtividade, em orientar os(as) estudantes para que as prescrições fizessem parte do cotidiano familiar. Ou seja, a instituição escolar, por meio das disciplinas do grupo ciências, possuíam função reguladora e legítima.

## DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados estarão disponíveis mediante solicitação.

## FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina  
[<https://doi.org/10.13039/501100005667>]

## AGRADECIMENTOS

À equipe do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná pelo atendimento e acesso à documentação. Ao Laboratório de Relações de Gênero e Família e ao Grupo de Trabalho de História da Infância e Juventude da Associação Nacional de História de Santa Catarina pela parceria nas discussões.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **A história da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BARBOSA, M. T. **Sobre mães e filhos: as políticas públicas de proteção à maternidade e à infância em Guarapuava (1940-1960)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/27758>. Acesso em: 9 jan. 2023.

COWAN, B. A. **Securing sex: Morality and repression in the making of Cold War Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

FRANCA, D. M.; SANTOS, E. S. C. Blocos lógicos em tempos do movimento da matemática moderna (1960-1980). **Zetetike**, Campinas, v. 30, e022008, 2022. <https://doi.org/10.20396/zet.v30i00.8667882>

- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1990.
- MARTINS, C. R. K. O ensino de história no Paraná, na década de setenta: As legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais. **Revista História & Ensino**. Londrina, v. 8, p. 7-28, 2002. <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2002v8n0p7>
- MATUCHESKI, S. **Elaboração das propostas curriculares de matemática do ensino de 1º grau (5ª a 8ª série) do Estado do Paraná na década de 1970**. 2011. Dissertação (mestrado em Educação em Ciências e em Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática, Setor de Ciências Exatas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/27001>. Acesso em: 9 jan. 2023.
- MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**, 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658.
- MICHAUD, A. Histórico da Enfermagem no Paraná. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 51, n. 3, p. 337-340, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0034-71671998000200013>
- MOTTA, R. P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTI, M. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 48-65.
- MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTI, M. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PARANÁ. **Currículo**, v. 1. n.º 1, 1973.
- PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SILVA, T. T. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- SILVA, B. S. M. A “maternidade moderna” e a medicalização do parto nas páginas do Boletim da Legião Brasileira de Assistência, 1945-1964. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, p. 1019-1037, 2018. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000500007>
- ZALUSKI, J. L. **O futuro a caminho: Educação escolar para adolescentes nas propostas de ensino do Paraná durante a ditadura militar (1971-1984)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.